

No dia dezesseis de março do ano dois mil e vinte e um, por meio virtual em função da situação de emergência causada pela pandemia do COVID 19, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a participação dos Conselheiros: Aparecida Maria Soares Viana, Carlos Roberto Alcântara de Rezende, Dimas Pereira Neto, Hugo Catão de Leão Coelho, Miriam Aparecida Silva Maciel. Também estavam presentes pela Subsecretaria de Gestão Previdenciária – Suprev –, Unidade Gestora Única do RPPS-BH, Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho, Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias, e Gleison Pereira de Souza, Subsecretário de Gestão Previdenciária. Hugo Catão deu início aos trabalhos, apresentando a pauta: 1. Aprovação da Ata da reunião anterior; 2. Prestação das Contas de 2020 do RPPS; 3. Emissão do Parecer de Apreciação das Contas do RPPS-BH do exercício encerrado. Passou a palavra a Camila Coutinho, que pediu aos Conselheiros presentes para que se manifestassem sobre a Ata da última reunião, que foi aprovada por unanimidade. Camila Coutinho passou a expor os principais resultados de 2020, e reiterou que o material de apoio para aprovação da Prestação de Contas, contendo o detalhamento da execução, e as demonstrações contábeis, na íntegra, do encerramento do exercício, foi encaminhado com antecedência, por e-mail, para análise prévia dos Conselheiros. Durante a apresentação, destacou os grandes números dos resultados do exercício encerrado, a saber: no Fundo Financeiro – Fufin – os valores totais de arrecadação, de despesa empenhada e de aporte transferido pelo Tesouro Municipal, para cobertura da insuficiência financeira, R\$ 526 milhões, 1,293 bilhões e R\$ 721,9 milhões, respectivamente; R\$ 311 milhões arrecadados e R\$ 8,5 milhões de despesas empenhadas no Fundo Previdenciário – BHPrev, cujo montante contempla as despesas com a Taxa de Administração da Unidade Gestora, calculada em R\$14,5 milhões, dos quais apenas R\$6,3 milhões foram de fato transferidos do BHPrev, sendo que a diferença, de R\$8,2 milhões, aproximadamente, permaneceu como recurso integralizado do plano. Detalhou a execução da despesa administrativa empenhada no exercício encerrado, que foi de R\$ 6,1 milhões, cuja sobra estimada será de R\$ 279.928,50, após o processamento de todas as obrigações de 2020. Depois de passar por todas as demonstrações e explicar aos conselheiros os resultados apurados com os indicadores contábeis, abriu espaço para manifestações. Carlos Rezende questionou por que não prevemos nas normas que regem o RPPS que as sobras da taxa de administração devem necessariamente retornar ao fundo de origem, sem a necessidade de que isso seja objeto de deliberação do Conselho de Administração. Camila Coutinho esclareceu que as sobras são pequenas, já que as transferências são feitas paulatinamente, após apuração das necessidades, e que a base normativa federal permite a constituição de sobras com os recursos da Taxa. Explicou que os instrumentos de controle sobre a execução desse recurso da Unidade Gestora são rígidos, e Gleison Pereira contribuiu afirmando que o apontamento feito ficaria de sugestão para avaliarmos a pertinência e a viabilidade de alteração da nossa Lei. Não havendo mais manifestações, Camila Coutinho colocou em votação, e o Conselho Fiscal opinou unanimemente pela aprovação das contas de 2020.

Nada mais a ser tratado, eu, _____ (Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho, BM 081476-1), lavro a presente ata, assinada pelos Conselheiros após leitura e aprovação. Belo Horizonte, 16 de março de 2021.

Aparecida Maria Soares Viana

Carlos Roberto Alcântara de Rezende

Dimas Pereira Neto

Hugo Catão de Leão Coelho

Miriam Aparecida Silva Maciel

Simone Maria Barbosa Silva Araújo